



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 13884.721900/2014-41
Recurso Voluntário
Acórdão nº **3301-007.587 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 30 de janeiro de 2020
Recorrente SEBASTIÃO PEREIRA JUNIOR
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

Exercício: 2017

ISENÇÃO. DEFICIENTE FÍSICO. COMPROVAÇÃO.

Cabe a isenção de IPI na aquisição de automóvel de passageiros ou veículo de uso misto de fabricação nacional quando o laudo de avaliação médica atesta a deficiência nos termos exigidos pela legislação.

Recurso Voluntário Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Winderley Moraes Pereira – Presidente e Relator

Participaram da presente sessão de julgamento os conselheiros Winderley Moraes Pereira (Presidente), Marcelo Costa Marques d'Oliveira, Valcir Gassen, Liziane Angelotti Meira, Marco Antonio Marinho Nunes, Ari Vendramini, Salvador Cândido Brandão Junior e Semíramis de Oliveira Duro.

Relatório

Por bem descrever os fatos adoto, com as devidas adições, o relatório da primeira instância que passo a transcrever.

A pessoa física interessada em epígrafe pleiteou, na qualidade de portadora de deficiência física, a fruição da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de automóvel de passageiros, de fabricação nacional, prevista na Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Mediante o Despacho Decisório de fls. 26/27, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 8ª Região Fiscal indeferiu o pedido, tendo em vista que os médicos que assinaram o laudo entenderam que a ostomia não produziu dificuldades para o desempenho de funções e não recomendam veículo especial

Regularmente cientificada (fl. 28), a interessada apresentou manifestação de inconformidade (fls. 34/36), por meio da qual alegou que não resta dúvidas de que é portadora de deficiência física, pois a nova redação do inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, suprimiu a exigência de não estar apto a dirigir veículo comum.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento negou provimento à manifestação de inconformidade. A decisão foi assim ementada:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI
Exercício: 2015

ISENÇÃO. DEFICIENTE FÍSICO. COMPROMETIMENTO DA
FUNÇÃO FÍSICA.

É de se indeferir pedido de isenção de IPI na aquisição de automóvel de passageiros ou veículo de uso misto de fabricação nacional quando o laudo de avaliação médica não atesta o comprometimento da função física.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Sem Crédito em Litígio

Cientificada, a pessoa física apresentou recurso voluntário repisando as alegações apresentadas na manifestação de inconformidade.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Winderley Moraes Pereira, Relator.

O recurso é voluntário e tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, merecendo, por isto, ser conhecidos.

A discussão nos autos trata de pedido de isenção de IPI para aquisição de veículo.

A isenção do IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas foi prevista na Lei 8.989/1995, com a redação dada pela Lei 10.690/2003:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por:

(...)

IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

(...)

§ 1º. Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Para a isenção do IPI, a legislação elegeu premissas fáticas para apreciação da existência de deficiência física. Além da descrição do caput do art. 1º da Lei 8.989/1995, também listou como formas de serem consideradas deficiências as moléstias previstas no § 1º do referido artigo. Para as deficiências que se configuram com base na lista do § 1º não existe discussão. A divergência entre Receita Federal e Contribuintes surge quando a deficiência alegada não se enquadra dentre aquelas listadas no § 1º do art. 1º da Lei da Lei 8.989/1995. A Receita Federal adota a interpretação de que somente as moléstias descritas no § 1º seriam deficiências aptas à fruição da isenção. Os contribuintes que interpõe recursos administrativos questionando este entendimento pedem a aplicação de uma interpretação em que além das moléstias constantes do rol do § 1º também sejam consideradas outras moléstias como enquadradas no conceito de deficiência física para a isenção do IPI.

Entendo que o lista de moléstias apresentadas no § 1º não são exaustivas, visto que o texto do parágrafo fala em “*é considerada também pessoa portadora de deficiência física*”, ou seja, o § 1º apresenta um rol de moléstias que também podem ser consideradas deficiência física, em conjunto com aquelas previstas no caput do artigo. Portanto, para as demais situações em que a deficiência alegada pelo contribuinte, não está descrita no rol específico do § 1º do art. 1º da Lei 8.989/1995 cabe ao agente público interpretar a norma.

Para a situação posta nos autos, o laudo atesta a seguinte situação de deficiência.

Tipo de deficiência = Deficiência Física.

Código Internacional de Doenças (CID-10) = C20 (Neoplasia maligna do reto).

Descrição detalhada da deficiência = paciente com diagnóstico de neoplasia maligna do reto em 2012, submetido á quimioterapia e radioterapia neoadjuvante, cirurgia em outubro de 2012, quimioterapia adjuvante até março de 2013, em decorrência da cirurgia é portador de deficiência física, que apresenta-se sob a forma de ostomia (colostomia).

Ao meu sentir, o laudo médico atesta a existência de deficiência física e as informações prestadas ao ser indicada a moléstia de ostomia, afirma a incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, nos termos constantes do formulário fornecido pela RFB e preenchido pelo médico responsável pela laudo.

A(s) alteração(ões) acima ACARRETAM O COMPROMETIMENTO DA FUNÇÃO FÍSICA DO **SEGMENTO** AFETADO, REPRESENTANDO UMA PERDA OU ANORMALIDADE QUE GERA **INCAPACIDADE (*)** PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADE, **DENTRO DO PADRÃO CONSIDERADO NORMAL PARA O SER HUMANO**, ainda que de forma parcial, APRESENTANDO-SE SOB A **FORMA** DE:

(ASSINALAR AO MENOS UMA DAS FORMAS ABAIXO)

<input type="checkbox"/> paraplegia	<input type="checkbox"/> monoparesia	<input type="checkbox"/> triplegia	<input type="checkbox"/> hemiparesia	<input type="checkbox"/> paralisia cerebral
<input type="checkbox"/> paraparesia	<input type="checkbox"/> tetraplegia	<input type="checkbox"/> triparesia	<input checked="" type="checkbox"/> ostomia	<input type="checkbox"/> nanismo
<input type="checkbox"/> monoplegia	<input type="checkbox"/> tetraparesia	<input type="checkbox"/> hemiplegia	<input type="checkbox"/> amputação ou ausência de membro	

membros inferiores e/ou superiores com deformidade congênita ou adquirida, sendo que tal deformidade **NÃO É DE ORIGEM ESTÉTICA E resulta em DIFICULDADE** para o desempenho das funções do **MEMBRO** deformado, REPRESENTANDO UMA PERDA OU ANORMALIDADE QUE GERA **INCAPACIDADE (*)** PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADE, **DENTRO DO PADRÃO CONSIDERADO NORMAL PARA O SER HUMANO**, ainda que de forma parcial.

(*) **INCAPACIDADE** - uma **REDUÇÃO EFETIVA E ACENTUADA DA CAPACIDADE DE INTEGRAÇÃO SOCIAL**, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Dec. 3.298/99, art. 3º, inc.III)

Diante do exposto voto por dar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Winderley Morais Pereira - Relator

